

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATA DA 103ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA), EM 11 DE NOVEMBRO DE 1980
-TERÇA-FEIRA-

PRESIDÊNCIA DO MINISTRO GENERAL-DE-EXÉRCITO REYNALDO MELLO DE
ALMEIDA

PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA MILITAR: DR MILTON MENEZES DA COS-
TA FILHO

SECRETÁRIO DO TRIBUNAL PLENO: DR CLÁUDIO ROSIÈRE, VICE-DIRETOR
GERAL

Compareceram os Ministros Jacy Guimarães Pinheiro, Hélio Ramos
de Azevedo Leite, Faber Cintra, Octávio José Sampaio Fernandes,
Deoclécio Lima de Siqueira, Ruy de Lima Passoa, Julio de Sá
Dierrenbach, Carlos Alberto Cabral Ribeiro, Dilermando Gomes
Monteiro, José Fragomeni e Jorge Alberto Romeiro.

Não compareceram os Ministros Gualter Godinho e Antonio Geral
do Peixoto.

Às 13.30 horas, havendo número legal, foi aberta a Sessão.

Lida e sem debate, foi aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foi, a seguir, relatado e julgado o seguinte processo:

RECURSO CRIMINAL

5.399-4-Amazonas. Relator Ministro Jorge Alberto Romeiro. RE-
CORRENTE: O Ministério Público Militar junto a Audi-
toria da 12ª CJM. RECORRIDO: O Despacho do Exmo. Sr.
Dr. Juiz Auditor da Auditoria da 12ª CJM, de 26 de
junho de 1980, que não recebeu a denúncia oferecida
contra o soldado da PM/AM, FRANCISCO EMILIANO DE FRAN-
ÇA, como incurso no art 206 do CPM. - POR UNANIMIDADE,
o Tribunal negou provimento ao Recurso do MP e deter-
minou a remessa dos autos ao Dr Desembargador Correia
do Estado do Amazonas para distribuição a quem de
direito. (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO DR JACY GUIMARÃES
PINHEIRO, VICE-PRESIDENTE).

No início da Sessão, o Exmo Sr Ministro Alto Esq HÉLIO RAMOS
DE AZEVEDO LEITE, proferiu as seguintes palavras:

"Senhor Presidente, Senhores Ministros:

A data de hoje assinala o transcurso do 62º aniversá-
rio do armistício que pôs fim à 1ª Guerra Mundial. Terminava
assim, a 11 de novembro de 1918, o terrível conflito armado,
o maior até então registrado pela história dos povos.

O Brasil, que se mantivera neutro desde o início da
conflagração, viu-se forçado a reconhecer e proclamar o esta-
do de guerra contra a Alemanha, em razão de sucessivas viola-
ções do direito internacional da parte daquela potência para
conosco, que culminaram com o torpedeamento de seis dos nossos
navios mercantes - PARANÁ, TIJUCA, LAPA, MACAU, ACARI e GUAÍBA.

Em consequência, tornou o nosso país efetiva a sua
participação na luta, com a ação de uma força naval, a DNOC -
Divisão Naval em Operações de Guerra - destinada a atuar em
conjunto com as forças navais da Inglaterra, França e Estados
Unidos da América, que vinham operando na área marítima com-
preendida entre Freetown e o Mar do Norte. Essa força, consti-
tuida dos cruzadores BAHIA e RIO GRANDE DO SUL, contratorpedei-
ros PIAUI, RIO GRANDE DO NORTE, PARAIBA e SANTA CATARINA, tan-
der BELMONTE e rebocador-de-alto-mar LAURINDO PITTA, partiu de

(Cont da Ata da 103ª (Extraordinária), em 11 de novembro de 1980

Rio de Janeiro sob o comando do Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin, levando 161 oficiais e 1428 praças. Sua tarefa básica era patrulhar o Atlântico na área entre Dakar, São Vicente e Gibraltar, onde as Marinhas aliadas procuravam neutralizar a intensa atuação dos submarinos inimigos.

Com inúmeras dificuldades teve a DNOG que se defrontar para cumprir a importante missão que lhe fôra confiada, entre as quais a epidemia de gripe que assolou o mundo naquele ano de 1918. Mas todos esses obstáculos souberam o valoroso Almirante Frontin, seus oficiais e praças vencer com denodo, energia e muitos sacrifícios, do que resultou o brilhante desempenho da Força e que com orgulho pertenciam. Assinale-se que após o início do patrulhamento a cargo da DNOG não mais foram registrados torpedeamentos naquela área marítima.

Assim, Sr Presidente, Srs Ministros, proponho que se registre na Ata dos nossos trabalhos de hoje que o Superior Tribunal recordou esta data, numa homenagem àqueles que sob o comando do digno Almirante Frontin, com tanta galhardia souberam cumprir o seu dever, muitos dos quais - cerca de 200 - com o sacrifício da própria vida.

Proponho ainda que, se aceita a presente sugestão, seja a decisão do Tribunal comunicada ao Exmo Sr Ministro da Marinha."

A referida proposta foi aceita por unanimidade, devendo ser inserida na Ata dos trabalhos desta Sessão e comunicada ao Exmo. Sr. Ministro da Marinha.

Em Sessão Secreta realizada em 07 do corrente, foi distribuído aos Srs Ministros pelo Ministro Ten Brig do Ar DEODÉCIO LIMA DE SIQUEIRA, uma proposição sobre a aplicação do Decreto nº 78.070, de 15.VII.76.

O Ministro Presidente avocou a Proposição sugerindo apresentá-la oportunamente como Questão Administrativa. - O plenário aprovou.

A Sessão foi encerrada às 14.45 horas, com os seguintes processos: a) com julgamento marcado para o dia 17.XI.80:

Rec.Crim.5.417-6(RP)-2a/3a.proc.3/80-3-Advs Marco Tulio de Rêse e Liliâne Berry Veiga de Rose.

b) com julgamento marcado para o dia 21.XI.80:

Apel. 42.476(JR/AP)-2a/Ex.proc.17/74-2-Advs Alcyone V.P.Barreto e outros.

c) em pauta:

Q.Adm. 189-9(JR) - Em diligência

Apel.42.760-2(FC/GG)-2a/Mar.proc.402/79-4-Adv Nélis R.S.Nachado

Apel.42.724-4(GG/SF)-3a/3a.proc.5/80-2-Adv W.Jobim Neto

Apel.42.612-6(CA/GG)-Aud/7a.proc.34/80-Adv Manoel O.Erhardt

Apel.42.774-2(GSB/GG)-2a/Mar.proc.28/80-9-Adv Nélis RS Nachado

Apel.42.736-0(DS/GG)-Aud/11a.proc.93/80-3-Adv D Sáfes Carneiro

Apel.42.767-0(AP/GG)-1a/Mar.proc. 28/80-0-Adv Mario da Costa Pinho.

(Cont da Ata da 103ª Sessão, em 11 de novembro de 1980)

Emb. 42.460-5(GG/SF)-2a/Ex. proc. 81/74-9-Advs Helena Claudio
Fragoso, Fernando Fragoso e Joaquim S. Fragoso

Rev.Crim. 1.186-9(GG/SF)-2a/3a. proc. 10/78-6-Adv Celso Celi-
donio

Rev.Crim. 1.183-4(GG/SF)-2a/3a. proc. 10/78-6-Adv Celso Celi-
donio

d) em mesa, aguardando publicação:

Apel. 42.766-1(DM/RP)-1a/Mar. proc. 20/80-0-Adv Mario C.Pinho

Apel. 42.786-6(JSB/RP)-2a/Mar. proc. 29/80-5-Adv Nello Rober-
to Seidl Machado

Rec.Crim. 5.403-6(JR)-Aud/9a. proc. 20/80-9

Apel. 42.709-2(CA/GG)-Aud/8a. proc. 14/80-0-Adv Francisco Car-
doso de Vasconcelos

Apel. 42.790-4(DM/JR)-Aud/9a. proc. 15/80-5-Adva Adelcy M.R.
Simões C. Prudêncio

Rev.Crim. 1.185-0(JR/DS)-2a/3a. proc. 04/79-1-Adv Celso Celi-
donio

Rec.Crim. 5.413-5(SF)-2a/2a. proc. 23/73-5-Adv Reinaldo S. ,
Coelho

Apel. 42.781-5(FC/JR)-Aud/5a. proc. 7/80-0-Adv Mariano Taglia-
anetti.

